



MORTALIDADE MATERNA NO BRASIL: CAUSAS EVITÁVEIS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Resumo: A mortalidade materna permanece como um desafio significativo para a saúde pública no Brasil, refletindo tanto falhas assistenciais quanto desigualdades estruturais persistentes. Este estudo teve como objetivo analisar as principais causas evitáveis e estratégias de enfrentamento da mortalidade materna no país. Realizou-se uma revisão narrativa da literatura, com buscas nas bases SciELO, LILACS, BVS e PubMed, contemplando artigos publicados entre 2000 e 2023. Foram incluídos estudos originais, revisões, análises epidemiológicas e documentos técnicos com foco no contexto brasileiro. Os resultados apontam que a maioria dos óbitos maternos decorre de causas obstétricas diretas, especialmente doenças hipertensivas da gestação, hemorragias e infecções puerperais, amplamente preveníveis por meio de assistência qualificada no pré-natal, parto e puerpério. Além dos determinantes clínicos, evidenciam-se desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas que aumentam o risco entre mulheres negras, de baixa escolaridade e residentes nas regiões Norte e Nordeste. As estratégias de enfrentamento envolvem o fortalecimento da atenção primária, ampliação do acesso, protocolos clínicos baseados em evidências e melhoria dos sistemas de informação. Conclui-se que a redução sustentável da mortalidade materna exige intervenções clínicas qualificadas e políticas públicas equitativas, com foco na justiça social e na garantia do direito à saúde.

Palavras-chave: Mortalidade Materna; Causas Evitáveis; Atenção Pré-Natal; Desigualdades em

Mariela Sanabria Nara

Médica revalidada pela Universidade Federal de Lavras-UFLA

Armando Otávio Ponte Davi

Graduando em Medicina pelo Centro Universitário Inta (Uninta) – Itapipoca

Victor Olivier Gajardoni Farges

Graduando em Medicina pela PUCPR Campus Londrina

Roberta Guerra Campos

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Unifacid Wyden

Guilherme Dalla Chiesa

Médico pela Universidade de Caxias do Sul - UCS

Raquel Simão Dias

Graduanda em Medicina pela Universidade Feevale:

Joana Paula Carvalho Correa

Enfermeira pela Escola de Enfermagem de Manaus da Universidade Federal do Amazonas, Especialista em Urgência e Emergência, Terapia Intensiva de Alta Complexidade e Saúde do Trabalhador

Cilma Maria Jovita Bezerra

Enfermeira pela NovafaPi e Mestrado em Saúde pública pela Uninter

Luana Dária Medeiros Silva

Enfermeira pela Universidade de Juazeiro do Norte

Maria Clara Almeida dos Santos

Cirurgiã Dentista pela Universidade Federal de Pernambuco



Saúde; Políticas Públicas de Saúde.

MATERNAL MORTALITY IN BRAZIL: PREVENTABLE CAUSES AND STRATEGIES TO ADDRESS THEM

Abstract: Maternal mortality remains a major public health challenge in Brazil, reflecting both gaps in health care and persistent structural inequalities. This study aimed to analyze the main preventable causes and strategies to address maternal mortality in the country. A narrative literature review was conducted using the SciELO, LILACS, BVS, and PubMed databases, including studies published between 2000 and 2023. Original articles, reviews, epidemiological analyses, and technical reports focusing on the Brazilian context were included. The results indicate that most maternal deaths are due to direct obstetric causes—particularly hypertensive disorders of pregnancy, hemorrhages, and puerperal infections—which are largely preventable through qualified prenatal, childbirth, and postpartum care. In addition to clinical determinants, regional, racial, and socioeconomic inequalities significantly increase the risk among Black women, those with low educational levels, and residents of the North and Northeast regions. Strategies to address maternal mortality involve strengthening primary care, expanding access, implementing evidence-based clinical protocols, and improving information systems. It is concluded that sustainably reducing maternal mortality requires qualified clinical interventions and equitable public policies focused on social justice and the right to health.

Keywords: Health Inequalities; Maternal Mortality; Prenatal Care; Preventable Causes; Public Health Policy.

INTRODUÇÃO

A mortalidade materna constitui um dos indicadores mais sensíveis de desigualdade social, iniquidade em saúde e qualidade da atenção obstétrica. Embora o Brasil tenha registrado avanços significativos nas últimas décadas, os níveis atuais permanecem elevados em relação às metas internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estabelecem a redução da razão de mortalidade materna (RMM) para menos de 70 óbitos por 100 mil nascidos vivos até 2030. Essa realidade reflete tanto a persistência de causas clínicas



evitáveis quanto a manutenção de desigualdades estruturais, regionais e raciais profundamente enraizadas no sistema de saúde brasileiro (Morse et al., 2011; Santos et al., 2021).

Estudos nacionais apontam que a maioria dos óbitos maternos é evitável, concentrando-se principalmente em causas obstétricas diretas. Entre elas, destacam-se as doenças hipertensivas da gestação — como pré-eclâmpsia e eclâmpsia — e as hemorragias obstétricas, seguidas por infecções puerperais e complicações relacionadas ao aborto inseguro (Gastaud, 2007; Mota et al., 2008; Oliveira et al., 2022). Essas causas estão fortemente associadas à ausência ou baixa qualidade da assistência pré-natal, à escassez de recursos técnicos e humanos durante o parto e o puerpério, bem como à fragilidade na integração entre os níveis de atenção, revelando lacunas persistentes na organização da rede obstétrica (Costa et al., 2021; Santos et al., 2021).

Além dos determinantes clínicos, desigualdades sociais, raciais e territoriais configuram um eixo estrutural da distribuição dos óbitos. Mulheres negras, com baixa escolaridade e residentes nas regiões Norte e Nordeste estão mais expostas ao risco de morte materna em razão de barreiras estruturais de acesso aos serviços de saúde e da limitada capacidade de resposta dos sistemas locais (Martins et al., 2000; Silva et al., 2020). Nessas localidades, a precariedade da atenção pré-natal e intraparto, somada à falta de integração entre os serviços, acentua o risco de desfechos adversos. Pesquisas realizadas em municípios de fronteira demonstram que a vulnerabilidade social, associada à insuficiência da infraestrutura de saúde, eleva significativamente as taxas de mortalidade materna (Silva et al., 2020).

Diante desse cenário, compreender as principais causas evitáveis de mortalidade materna e as estratégias de enfrentamento implementadas no Brasil é essencial para subsidiar políticas públicas mais eficazes e equitativas. A análise crítica da literatura permite identificar avanços, lacunas e desafios estruturais, contribuindo para intervenções clínicas e organizacionais que reduzam mortes evitáveis e promovam justiça social no campo da saúde materna. Assim, este estudo tem como objetivo analisar as principais causas evitáveis e estratégias de enfrentamento da mortalidade materna no Brasil, por meio de uma revisão narrativa da literatura.

METODOLOGIA



Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, cujo objetivo foi analisar as causas evitáveis e as principais estratégias de enfrentamento da mortalidade materna no Brasil, a partir de estudos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais. A revisão narrativa caracteriza-se por sua natureza descritiva e interpretativa, permitindo a síntese crítica de diferentes tipos de estudos e a contextualização dos achados dentro de um panorama mais amplo (Rother, 2007). Diferentemente das revisões sistemáticas, essa abordagem não segue um protocolo rígido de busca e seleção, mas estabelece critérios claros de inclusão, garantindo coerência e rigor analítico.

A busca foi realizada entre agosto e outubro de 2025, utilizando as bases de dados SciELO, LILACS, PubMed e BVS, além de consultas a documentos técnicos e artigos de acesso aberto. Os descritores utilizados foram combinados em português e inglês, contemplando os termos: “mortalidade materna”, “causas evitáveis”, “assistência pré-natal”, “desigualdades em saúde” e “estratégias de enfrentamento”. Foram incluídos artigos originais, revisões, estudos epidemiológicos e análises regionais publicados entre os anos 2000 e 2023, com foco no contexto brasileiro. Excluíram-se trabalhos sem acesso ao texto completo, estudos duplicados e publicações que não abordassem diretamente as causas ou estratégias de prevenção da mortalidade materna.

A seleção dos estudos foi feita manualmente, com leitura de títulos, resumos e, posteriormente, do texto completo, priorizando aqueles que apresentavam dados epidemiológicos, análises de causas evitáveis ou propostas de intervenções. As informações extraídas foram organizadas de forma temática, agrupando os achados em três eixos principais: (i) causas evitáveis de mortalidade materna; (ii) desigualdades regionais e sociais associadas; (iii) estratégias e políticas de enfrentamento. A análise foi conduzida de maneira descritiva e interpretativa, buscando integrar evidências quantitativas e qualitativas em um quadro analítico coeso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados revelam que a mortalidade materna no Brasil permanece um grave desafio de saúde pública, apesar dos avanços registrados nas últimas décadas. Segundo Morse et al. (2011), houve uma redução significativa nas taxas ao longo de trinta anos, porém



os níveis ainda se mantêm acima das metas estabelecidas internacionalmente, especialmente quando comparados aos países com sistemas de saúde de cobertura universal mais consolidados. Essa redução ocorreu de forma desigual no território nacional, com maior concentração de mortes evitáveis nas regiões Norte e Nordeste, onde as desigualdades sociais e estruturais persistem como fatores determinantes do risco de morte materna (Santos et al., 2021; Silva et al., 2020).

A maioria dos óbitos maternos é considerada evitável e está relacionada a causas obstétricas diretas, principalmente doenças hipertensivas da gestação — como pré-eclâmpsia e eclâmpsia — e hemorragias obstétricas, seguidas de infecções puerperais e complicações de aborto (Oliveira et al., 2022; Mota et al., 2008). Tais causas poderiam ser prevenidas por meio de assistência pré-natal adequada, vigilância contínua no parto e no puerpério e acesso oportuno a serviços de referência. Estudos regionais confirmam esse padrão: em Belém (PA), por exemplo, Mota et al. (2008) identificaram que 78,6% das mortes maternas foram evitáveis, com predominância de causas obstétricas diretas. No Mato Grosso do Sul, entre 2000 e 2002, 79,3% das mortes maternas e infantis foram classificadas como evitáveis, reforçando a importância do cuidado pré-natal e perinatal qualificado (Gastaud, 2007).

O perfil epidemiológico das mortes também revela tendências preocupantes. Entre 2010 e 2020, Oliveira et al. (2022) observaram aumento da mortalidade materna por doenças hipertensivas gestacionais no Brasil e em Sergipe, destacando a necessidade de intervenções mais efetivas para diagnóstico precoce e manejo clínico adequado. Além disso, Costa et al. (2021), ao revisarem a literatura entre 2015 e 2019, enfatizaram que, embora a atenção primária tenha contribuído para a prevenção de óbitos maternos, ainda há carências significativas na ampliação do acesso e na integração das redes de atenção. Santos et al. (2021) complementam essa análise ao mostrar que, embora tenha ocorrido uma redução modesta de 1,75% na mortalidade materna no Nordeste entre 2009 e 2018, a cobertura pré-natal ainda é desigual, o que limita o impacto das políticas públicas.

As desigualdades raciais, socioeconômicas e territoriais configuram um eixo estruturante da mortalidade materna no Brasil. Martins et al. (2000) evidenciaram taxas mais elevadas entre mulheres negras no Paraná entre 1993 e 1998, associadas a condições socioeconômicas desfavoráveis e racismo estrutural. Silva et al. (2020) reforçam que os municípios de fronteira apresentam taxas mais altas devido à precariedade dos serviços de pré-



natal, parto e puerpério, combinada à vulnerabilidade social das mulheres residentes. Esses achados reiteram que a mortalidade materna é também expressão das desigualdades sociais e territoriais, e não apenas resultado de falhas clínicas pontuais.

Outro ponto relevante identificado é a subnotificação e a qualidade dos dados. Menezes et al. (2014) e Boing et al. (2008) destacam que a utilização de listas atualizadas de causas evitáveis e o investimento em vigilância epidemiológica são fundamentais para qualificar o monitoramento e planejar intervenções efetivas. Prezotto et al. (2023), ao analisarem causas evitáveis de mortalidade neonatal nas regiões brasileiras, reforçam a importância de estratégias regionais diferenciadas, uma vez que os padrões de causas e tendências variam significativamente conforme o contexto.

Em síntese, os resultados indicam que:

1. A mortalidade materna no Brasil apresenta importante carga de causas evitáveis, principalmente hipertensivas e hemorrágicas;
2. Persistem desigualdades raciais, territoriais e socioeconômicas, que determinam maior risco em regiões menos favorecidas;
3. A qualidade da atenção pré-natal, parto e puerpério e a integração das redes de atenção são fatores-chave para a prevenção;
4. **A melhoria dos sistemas de informação** é indispensável para reduzir a subnotificação e orientar políticas públicas eficazes.

Essas evidências apontam para a necessidade de estratégias integradas, que combinem intervenções clínicas qualificadas com ações estruturantes voltadas à equidade em saúde e ao fortalecimento dos sistemas locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura evidencia que a mortalidade materna no Brasil permanece como um importante problema de saúde pública, cuja magnitude está fortemente associada a causas evitáveis, desigualdades estruturais e fragilidades na organização dos serviços de saúde. As doenças hipertensivas da gestação, as hemorragias obstétricas, as infecções puerperais e as complicações decorrentes de abortos inseguros continuam a compor o núcleo predominante das causas diretas de morte materna, configurando um cenário em que a maioria dos óbitos poderia ser prevenida por meio de intervenções oportunas, qualificadas e acessíveis. Paralelamente,



causas indiretas relacionadas ao agravamento de doenças pré-existentes durante a gestação também desempenham papel relevante, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Embora o país tenha apresentado avanços nas últimas décadas, com reduções graduais da razão de mortalidade materna, essas melhorias não ocorreram de forma homogênea, persistindo graves desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas. Mulheres negras, com baixa escolaridade e residentes nas regiões Norte e Nordeste continuam a enfrentar maiores riscos de morte, refletindo barreiras estruturais de acesso e qualidade da atenção. Além disso, problemas relacionados à subnotificação e à qualidade dos sistemas de informação dificultam a vigilância adequada e o planejamento de políticas públicas efetivas.

Diante desse quadro, as estratégias de enfrentamento devem articular ações clínicas qualificadas e intervenções estruturantes, contemplando desde o fortalecimento da atenção pré-natal na atenção primária até a organização de redes obstétricas integradas, com protocolos baseados em evidências, equipes capacitadas, acesso oportuno a serviços de referência e garantia de recursos materiais e humanos adequados. É igualmente imprescindível investir na melhoria dos sistemas de informação, no monitoramento contínuo dos óbitos e na adoção de políticas intersetoriais voltadas à redução das iniquidades sociais que perpetuam a vulnerabilidade de determinados grupos populacionais.

Assim, a redução sustentada da mortalidade materna no Brasil exige ações integradas e equitativas, que ultrapassem a dimensão clínica individual e se consolidem como políticas públicas comprometidas com a justiça social, a equidade territorial e o direito à saúde materna de qualidade para todas as mulheres.

REFERÊNCIAS

BOING, Antônio Fernando et al. Mortalidade infantil por causas evitáveis no Brasil: um estudo ecológico no período 2000-2002. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 3, p. 725–733, 2008.

COSTA, Maria Fátima Batista; SILVA, Caroline; LIMA, Débora. Contribuições da assistência pré-natal na Atenção Primária à Saúde no Brasil para prevenção da mortalidade



materna: revisão integrativa de 2015 a 2019. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e12310313479, 2021.

GASTAUD, Ana Lúcia. A mortalidade materna e mortalidade infantil em Mato Grosso do Sul, Brasil, de 2000 a 2002. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 7, n. 4, p. 423–430, 2007.

HADDAD, N. et al. Mortalidade feminina em idade reprodutiva no Estado de São Paulo, Brasil, 1991-1995: causas básicas de óbito e mortalidade materna. **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 6, p. 632–638, 2000.

MARTINS, A. L. et al. Mulheres negras e mortalidade materna no estado do Paraná, Brasil, de 1993 a 1998. **Journal of Human Growth and Development**, v. 10, n. 2, p. 23–31, 2000.

MENEZES, Sara Teles de; FRANÇA, Elizabeth; CAMPOS, Dorival. Classificação das mortes infantis em Belo Horizonte: utilização da lista atualizada de causas de mortes evitáveis por intervenções do Sistema Único de Saúde do Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, n. 4, p. 725–735, 2014.

MORSE, Márcia Lait; FONSECA, Sandra C.; BARROS, Marilisa B. A.; ZEFERINO, Ana Maria; MONTICELLI, Marlene. Mortalidade materna no Brasil: o que mostra a produção científica nos últimos 30 anos? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 4, p. 623–638, 2011.

MOTA, Santana Maria Marinho; MOURA, Lílian de Melo; COSTA, Maria da Conceição. Mortalidade materna no Município de Belém, Estado do Pará, em 2004: uma avaliação do Sistema de Informações sobre Mortalidade. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 17, n. 3, p. 211–218, 2008.

OLIVEIRA, Monalisa Diniz; SANTOS, Larissa Vieira; SOUZA, Fabrícia Leite. Perfil epidemiológico da mortalidade materna por doenças hipertensivas gestacionais no Brasil e em Sergipe, de 2010-2020. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 6, p. 47924–47941, 2022.

PREZOTTO, Kelly Holanda; BASTOS, Eliane; ALVES, Aline. Mortalidade neonatal precoce e tardia: causas evitáveis e tendências nas regiões brasileiras. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 36, n. 1, p. eAPE00892, 2023.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

SANTOS, L. O. et al. Estudo da mortalidade materna no Nordeste Brasileiro, de 2009 a 2018. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 43, n. 7, p. 528–536, 2021.



SILVA, R. D. et al. Mortalidade materna nas fronteiras Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul, 2012-2018. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 44, n. 7, p. e119, 2020.

**Congresso Regional de
Medicina Geral e Clínica
Integrada **CORMED****

